



ATA Nº 2/2018

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano dois mil e dezoito, no Auditório da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Rio Maior, sob a presidência de António Manuel Silva Arribança. Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Carlos Jorge Coelho Neto e Maria Eugénia de Jesus Reis, respetivamente Primeiro e Segunda Secretários da Mesa. A Câmara Municipal de Rio Maior fez-se representar pela Presidente, Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Moraes. Assistiram também à presente sessão os Vereadores da mesma Câmara Municipal, Luis Filipe Santana Dias, João António Lopes Cadoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Miguel Filipe da Silva Santos, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e João Teodoro Miguel. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- Nos termos da alínea j) do número 1 do Artigo 9º do Regimento da Assembleia Municipal, foram justificadas as faltas dos Deputados Municipais Luis Fernando Henriques dos Santos e António Manuel da Silva Moreira e ainda do Presidente de Junta de Freguesia de Rio Maior, procedendo-se às respetivas substituições. -----

----- Pelas catorze horas e trinta minutos, verificando-se a existência de quórum (31 presenças), o Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos da presente sessão (anexo 1). -----

----- PONTO PRÉVIO -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 1/2018 referente à sessão ordinária de 24 de fevereiro. -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Aprovada a ata n.º 1/2018 por unanimidade dos presentes com direito de voto, com 26 votos a favor, não participando na votação por não terem estado presentes na sessão o Presidente da Assembleia Municipal, os Deputados Municipais Carlos José Lopes Abreu e Celso Cláudio Ferreira Martins e o Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião e o Secretário da Junta de Freguesia de Rio Maior (31 presenças). -----

----- CORRESPONDÊNCIA -----



----- Pelo Primeiro Secretário foi feita a leitura da correspondência recebida e expedida pelos serviços desta Assembleia Municipal, conforme anexo 2. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Previamente à entrada no período antes da ordem do dia e de abrir as inscrições para intervenção dos membros da Assembleia Municipal, reiterou o convite feito a todos os presentes via email, a pedido da Senhora Presidente de Câmara, para uma apresentação sobre o desenvolvimento do processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Rio Maior a qual terá lugar logo após o encerramento dos trabalhos. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- Inscreveram-se para intervir os seguintes Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Presidente da Junta da União de Freguesias de São João da Ribeira e da Ribeira de São João -----

----- Presidente da Junta da União de Freguesias de Azambujeira e Malaqueijo -----

----- Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa -----

----- Deputado José Casimiro Fróis Ferreira -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião -----

----- Deputada Anabela da Costa Azenha -----

----- Deputada Liliana Marques Alonso -----

----- Deputado João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira -----

----- Deputado Filipe Montez Coelho Madeira -----

----- Deputado Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro -----

----- Deputada Municipal Inês Guerra Vargas -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Presidente da Junta da União de Freguesias de São João da Ribeira e da Ribeira de São João** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por se referir à recente notícia que saiu na Gazeta da Caldas que dava como certa a abertura da Casa do Ruy Belo em Óbidos durante o ano de 2019, dizendo que desconhecia por completo essa situação e que tomou conhecimento da mesma através das redes sociais assim como da resposta da Senhora Vereadora. Disse que foi uma situação que não lhe agradou minimamente porque considera que a primeira palavra sobre o assunto deveria ter sido para com o próprio, enquanto Presidente da



Junta da União de Freguesias da São João da Ribeira e Ribeira de São João, onde se encontra e vai permanecer a casa do Ruy Belo. Continuou dizendo que após essa situação continuou à espera que lhe fossem dados alguns esclarecimentos, por parte da Senhora Vereadora, o que não aconteceu, e que existe algum alarme sobre a possibilidade de a casa do poeta Ruy Belo não ser uma realidade em São João da Ribeira. Continuou dizendo que na sequência desta situação já falou com a Senhora Presidente da Câmara que após contacto com o Presidente da Câmara Municipal de Óbidos, o informou que não tinha informação nenhuma da veracidade da notícia. Solicitou, por isso, que lhe pudesse ser esclarecida a situação considerando a importância do poeta Ruy Belo, o alto valor cultural que o este representa quer a nível nacional quer a nível internacional e o inegável enriquecimento a vários níveis que o mesmo poderá trazer para a freguesia a que preside e consequentemente para o concelho, sejam eles turísticos, culturais ou económicos. Afirmou ainda que a Junta de Freguesia considera ser imprescindível a concretização do projeto destinado ao imóvel reconhecido como a casa do poeta Ruy Belo, onde nasceu, e que a concretização deste projeto em outro local trará efeitos contrários aos desejados pela Junta de Freguesia e Câmara Municipal e, consequentemente, um grave desaproveitamento por parte de todas as entidades responsáveis deste concelho. Referiu ainda o contrato comodato assinado a 1 de julho de 2017 entre a Junta de Freguesia, que é a proprietária do imóvel, e a Câmara Municipal, no sentido de esta última fazer uma candidatura para a remodelação da casa, solicitando informação sobre os desenvolvimentos existentes no que se refere à concretização do contrato comodato e da candidatura em causa, já que desconhece o projeto que a câmara municipal elaborou neste âmbito. -----

----- Por fim, deixou vincado que a junta de freguesia tudo tem feito para, dentro das suas possibilidades, manter esta riqueza cultural na freguesia e no concelho, mas que sozinha não dificilmente conseguirá ter os meios para dar a este património o destaque que merece. No entanto afirmou que de tudo fará para que este património cultural não seja localizado noutro concelho e noutra freguesia que não aquela que viu Ruy Belo nascer. Concluiu dizendo que se da parte da Câmara Municipal de Rio Maior não houver essas condições ou essa vontade, a Junta de Freguesia cá estará para não deixar Ruy Belo fugir para Óbidos. -----

----- **Presidente da Junta da União de Freguesias de Azambujeira e Malaqueijo** ---

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----



----- Interveio para dar conhecimento à Assembleia Municipal que oito dos dez presidentes de junta do concelho de Rio Maior estiveram reunidos para discutir vários assuntos no sentido de conseguirem criar uma associação de freguesias e que houve unanimidade em avançar. Disse ainda que esta foi uma reunião inicial, que ainda nada está feito, mas que a intenção é concretizar essa ideia.-----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que recebeu as algumas das informações solicitadas na última sessão da assembleia municipal, não as solicitadas em todas as sessões, e que não fizeram nenhuma referência à ata e que, para facilitar os trabalhos solicita que as questões que irá colocar sejam respondidas por escrito. Solicitou o seguinte: relatório (dossier) sobre a Depomor relativo aos últimos cinco anos; dossier sobre o projeto de instalação em Rio Maior da empresa Generis; relatório quantificado sobre as obras efetuadas na Vila da Marmeleira e Arco da Memória relativamente à rede de abastecimento de águas; dossier sobre a intervenção prevista para a nova intervenção prevista para a Vila da Marmeleira relativamente à questão não resolvida da pressão de água; previsão e resolução do problema da pressão de água em Assentiz; previsão de resolução do problema de saneamento em Azambujeira e Alfouvés. Postas estas questões disse que gostaria que estas fossem respondidas por escrito e dentro dos tempos legais. -----

----- Relativamente ao convite para a apresentação acerca do processo de revisão do PDM considerou que não deveria ser esta a forma de o fazer, já que este é um documento por demais importante e uma questão que há muito a CDU tem vindo a reclamar e que, em seu entender, já deveria estar resolvida. Por estas razões entende que não se faz um convite na véspera para uma apresentação porque os visados têm vida e necessitam organizar-se, sugerindo que para a próxima vez este tipo de convite fosse feito com alguma antecedência. -----

----- Para finalizar, e dirigindo-se aos senhores presidentes de junta, lembrou que os membros da assembleia municipal eleitos pela CDU estão normalmente presente nos eventos e atividades para que são convidados, mas que para que isso aconteça será necessário que sejam convidados e informados. -----

----- Solicitou ainda esclarecimento aos presidentes de junta em relação às conclusões da reunião falada em intervenção anterior já que o que lhe foi transmitido pelo



Presidente de Junta da União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz de acerca dessa situação foi que não haveriam condições para avançar para esta solução quando o que aqui foi dito reflete exatamente o contrário. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Acerca do convite para a apresentação sobre o processo de revisão do Plano Diretor Municipal, esclareceu que a responsabilidade por ter sido tardio é sua e não a Câmara Municipal, que solicitou atempadamente que o mesmo fosse remetido aos membros da Assembleia Municipal e, na altura, optou por fazer o convite no início da sessão e que só posteriormente e por insistência da Senhora Presidente ponderou e resolveu remeter por escrito. Deixou as suas desculpas pelo eventual transtorno que possa ter causado a alguém e reafirmou que a responsabilidade foi inteiramente sua. --

----- **Deputado José Casimiro Fróis Ferreira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Referindo-se à apresentação das estações da RM Bikes integrada nas comemorações do 25 de Abril, que se localizam no jardim municipal, centro de estágios, piscinas municipais e salinas de Rio Maior, disse que estas irão permitir a circulação das vinte e quatro bicicletas elétricas disponibilizadas aos cidadãos e materializam uma viragem na mobilidade e um factor que poderá revelar-se importante para o aumento da visitação nas salinas de Rio Maior e vai ao encontro de uma cidade mais moderna, atrativa e de estilo de vida mais saudável. Continuou dizendo que a disponibilização e utilização destes equipamentos irá permitir aferir e adequar o sistema através de planos de crescimento de número de bicicletas, número de pontos de carregamento e ainda a sua localização. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para agradecer ao atual executivo da Câmara Municipal pela colocação das luminárias em sítios que muito necessitavam e que há tantos anos foram solicitadas e que, para isso, fez um trabalho de levantamento daquelas que podiam ser retiradas chegando à conclusão que eram o triplo daquelas que eram solicitadas. Agradeceu também o facto de ter sido alcatroada a Rua Vale do Poço que há dezenas de anos necessitava e ainda a Rua da Filarmónica. Lembrou o caso muito crítico da Rua Jacinto



da Silva que está toda esburacada mas que se aguarda que seja colocada a nova conduta de água e só depois o tapete de alcatrão. -----

----- Fez ainda mais um agradecimento, desta vez à Assembleia Municipal, pelos parabéns que lhe foram endereçados pelo seu aniversário. -----

----- **Deputada Anabela da Costa Azenha** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou a sua intervenção por se referir ao sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública (SIADAP) dizendo desde logo que é do conhecimento de todos que este não é perfeito mas que existem formas de contornar a situação. Questionou, sabendo que há funcionários que têm propostas de desempenho que não cabem nas quotas e que sendo estes trabalhadores empenhados com trabalho relevante desenvolvido, o que é que a Câmara faz para os motivar a ultrapassar a inexistência das quotas, se está tudo a ser feito de modo a não prejudicar os trabalhadores, se são conhecidos os objetivos atempadamente para que os trabalhadores possam ser bem avaliados, se a câmara informa, ajuda, apoia, acompanha os seus funcionários de modo a acautelar os seus interesses e ainda se os trabalhadores sabem elaborar uma reclamação. Continuou dizendo que lhes parece um dever da câmara ajudar aqueles que a ajudam, os seus colaboradores, tal como fazem algumas câmaras de concelhos vizinhos que esclarecem e facilitam, com base em pareceres da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) que consideram que os funcionários injustiçados pela inexistência da quota possam, em sede de reclamação, ver alterada a sua avaliação qualitativa mesmo após o preenchimento das mesmas quotas. -----

----- De seguida referiu-se à cultura e ao seu papel na sociedade como criadora de pontes e de identidade de um concelho, que não se mede só pelo número de ciclovias, de eventos desportivos, de alguns subsídios às associações, de vasos nas ruas ou da vontade de fazer. Considera urgente que a Câmara desperte valores, referências e raízes patrimoniais porque o desenvolvimento cultural das populações, bem como a democratização da cultura, são objetivos constitucionais cujo cumprimento cabe ao Estado, neste caso às autarquias. Salientou que o investimento no património cultural deve passar pela auscultação dos representantes do setor e pela participação da comunidade e pelo acompanhamento do que se quer preservar, questionando se a política de cultura deste executivo incentiva e acarinha o teatro amador, se existem critérios sustentados que norteiam a aquisição e incorporação material bibliográfico na



biblioteca municipal, se o espólio do Ruy Belo, que muito honra o concelho, foi devidamente acompanhado, na medida em que se deve dar a conhecer e desenvolver a importante obra do poeta. Finalizou dizendo que esta identidade cultural, este investimento no património cultural, traria bons impactos no turismo do concelho e que, por tudo isto, em seu entender, é urgente e fundamental uma política de cultura sustentada que salvguarde o património da identidade cultural do concelho. -----

----- **Deputada Liliana Marques Alonso** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por salientar a importância da Escola Profissional de Rio Maior enquanto formadora de jovens que garantem a prosperidade do tecido empresarial do concelho de Rio Maior e limítrofes, dizendo, desde logo, que isto se deve, em grande parte, ao empenho e profissionalismo dos seus trabalhadores e que espera que a legislação venha a reforçar o apoio ao ensino profissional de qualidade e que todos os alunos possam gozar desse mesmo ensino de qualidade. -----

----- De seguida questionou a Câmara sobre o que tem previsto relativamente à prevenção em caso de terremotos, considerando que Rio Maior está numa zona de elevado risco. -----

----- Depois disse que gostaria de saber se o município teve conhecimento da constituição dos Municípios do Portugal Romano e se sim porque é que não aderíramos e se não teve conhecimento deixa a oportunidade. -----

----- Por último solicitou informação rigorosa à Assembleia Municipal sobre a queda do telhado do centro social de S. Domingos, nomeadamente na sala onde funcionava o jardim-de-infância, e se estão garantidas as condições de segurança às crianças, aos técnicos e aos educadores. Questionou ainda, em caso de acidente, de quem é a responsabilidade e ainda qual a data prevista da inauguração do centro escolar da Asseiceira, que já está em atraso. -----

----- **Deputado João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Começou por agradecer ao executivo camarário o envio da informação que pediu na última sessão da Assembleia Municipal, em fevereiro, pedindo agora que lhe fosse facultada a parte em falta, ou seja, os projetos que se prevê apresentar no âmbito deste quadro comunitário. -----



----- Acerca da apresentação que será realizada a seguir relativamente aos desenvolvimentos do processo de revisão do PDM, disse comungar do conteúdo da intervenção que o antecedeu relativamente ao facto de terem sido avisados com apenas vinte e quatro horas de antecedência, o que para a gestão da agenda não é o melhor método e que, não obstante a apresentação que se iria seguir, questionou sobre o ponto de situação do processo de revisão do PDM, porque considera que este é o momento e o órgão em que se deve colocar as questões ao executivo camarário, porque todas as questões que possam ser feitas fora deste perímetro não substituem aquele que é o dever do executivo municipal de responder perante a Assembleia Municipal. Ainda relativamente a planeamento urbanístico, questionou novamente sobre o Plano de Pormenor das Marinhas do Sal e sobre a proposta que o Vereador disse na última sessão da Assembleia Municipal que em princípio estaria pronta em dois meses para que se pudesse iniciar a discussão. -----

----- De seguida referiu-se à publicação do chamado índice da transparência e integridade, que é desenvolvido por uma associação da sociedade civil, Associação Transparência e Integridade, e que pretende relatar o grau de informação que os municípios portugueses disponibilizam aos cidadãos e, no mesmo passo, avaliar o nível de transparência desses mesmos municípios. Continuou dizendo que este índice é publicado desde 2013 e a sua elaboração, em termos metodológicos, consiste na avaliação dos websites das câmaras municipais relativamente à informação disponibilizada em setenta e seis indicadores, sendo esses indicadores agrupados em sete dimensões, a saber: informação sobre a organização e funcionamento do município, planos e relatórios, impostos, taxas, tarifas, preços e regulamentos, relação com a sociedade, contratação pública, transparência económica e financeira e também transparência na área do urbanismo. Salientou que embora não tenha um cunho oficial, ou seja, este índice não é elaborado por uma entidade oficial pública competente na matéria, o mesmo tem a sua importância que advém, desde logo, da composição da comissão científica que acompanha este estudo. Relativamente à evolução de Rio Maior neste índice detalhou que em 2013 estava no lugar 66, em 2014 passou para o lugar 75, em 2015 para o lugar 120, em 2016 para o lugar 143 e em 2017 para o lugar 233, sendo o terceiro pior concelho do distrito de Santarém. Disse que esta não é uma evolução positiva, e referiu que, feitas as ressalvas relativamente à entidade que faz o estudo e também relativamente ao seu objeto, o pior que se pode fazer enquanto eleito local, é olhar para estes instrumentos da sociedade civil e desvalorizá-los, minorizá-los



e não procurar deles retirar o melhor resultado, porque como refere essa mesma associação cívica, está-se perante uma ferramenta de capacitação dos cidadãos e de transparências e integridade, muito importante na sociedade atual, chamada de sociedade de informação, da transformação digital e das plataformas digitais. Deixou, por isso, o apelo para que o executivo municipal inicie os procedimentos e as iniciativas para melhorar a resposta do município e que naquilo que poder também irá colaborar nesse sentido. -----

----- **Deputado Filipe Montez Coelho Madeira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio para felicitar o executivo, em particular os responsáveis pela organização das comemorações do 25 de Abril, que, em seu entender, correram bastante bem. Referiu que todas as iniciativas integradas nas comemorações prestigiaram o dia, uma cidade com um cartaz cultural intenso ao longo de todo o ano e destacou o espetáculo de excelente qualidade “Ary, O poeta das canções”, a inauguração das RM Bikes, a sessão Solene que teve momentos lúdicos muito bem conseguidos e agradáveis dando espaço à intervenção dos jovens riomaiorenses. Referiu ainda que nas intervenções, sempre aguardadas pela população presente e pela comunicação social, houve uma tónica preponderante à volta do tópico da corrupção, tendo, no entanto, algumas intervenções sido mais abrangentes e equilibradas do que outras que se ficaram pela crítica sem substância. Concluiu elogiando, mais uma vez, a organização do evento e os funcionários da câmara que mais diretamente estiveram envolvidos, os jovens e professores das escolas Marinhas do Sal e Fernando Casimiro Pereira das Silva pela sua colaboração e participação. -----

----- **Deputado Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por se referir à última sessão da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias da Vila da Marmeleira e Assentiz onde teve a informação que a câmara municipal de Rio Maior irá instalar uma bomba supressora e efetuar mais algumas obras uma vez que a água não apresenta pressão na parte alta da vila. Disse ser triste constatar que após mais de um ano em que esta situação tem vindo a ser denunciada pela deputada municipal Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa, situação negada várias vezes no anterior executivo, constatar-se agora que a mesma tinha razão e a água não tem pressão na parte alta da Vila da Marmeleira, chegando à triste conclusão de que a obra que foi custeada com o dinheiro de todos não serviu o propósito que era



suposto. Nesse sentido disse que gostaria de ter conhecimento de qual é a empresa que vai efetuar a obra e qual a calendarização da mesma, sugerindo ao executivo que faça o devido acompanhamento da sua execução para que não surjam problemas como os que atualmente existem. -----

----- De seguida fez referência à notícia publicada no jornal “Público” sobre a saída do espólio de Ruy Belo de Rio Maior para uma casa que vai ser construída em Óbidos com o nome “Casa Poeta Ruy Belo”. Afirmou que é lamentável que a câmara municipal não tenha tido a vontade, a liderança e a visão para liderar este projeto, porque considera que a cultura também pode ser um catalisador do crescimento e de desenvolvimento económico para o concelho. Continuou dizendo que, nesta matéria, a grande medida do primeiro mandato da atual Presidente da Câmara foi acabar com o Prémio Nacional Poeta Ruy Belo, que foi a morte anunciada deste processo e de qualquer ideia de liderança neste mesmo assunto. Acercado conteúdo do discurso da Senhora Presidente no passado 25 de Abril, onde afirmou que queria que aqueles que criticam apresentassem propostas, lembrou que o Vereador Daniel Pinto já tinha proposto uma parceria com o Município de Sintra acerca da criação do prémio literário Poeta Ruy Belo para que este pudesse vir a ser conjunto entre os dois concelhos, proposta que a Senhora Vereadora da Cultura recebeu com bom agrado. Mas considerou que apenas isto não chega e que é necessário mais ações para que aquele que foi e é a grande referência cultural e literária no concelho não ficar no esquecimento. Nesse sentido deixou ainda duas propostas ao executivo municipal, nomeadamente reabilitar a casa poeta Ruy Belo em São João da Ribeira e estabelecer um protocolo com o Município de Óbidos para a cedência rotativa do espólio entre os concelhos de Óbidos e Rio Maior, permitindo que conste do roteiro cultural de Rio Maior e ainda, uma vez que a Câmara Municipal das Caldas da Rainha vai levar a cena a peça “Um dia na vida de Ruy Belo”, que a Câmara Municipal de Rio Maior possa juntar-se a esta iniciativa e fazer com a mesma viesse a cena também em Rio Maior, para que os riomaiorenses possam manter viva a memória desta figura incontornável de Rio Maior. -----

----- Por último pediu esclarecimentos acerca da situação que ficou conhecedor na Assembleia de Freguesia de Asseiceira, onde foi entregue um abaixo-assinado a pedir a construção do saneamento básico nos diversos lugares da freguesia e, nessa sequência solicitou que lhe pudesse ser informado se está alguma intervenção pensada neste sentido e se sim qual a sua calendarização e em que locais vai incidir. -----

----- **Deputada Municipal Inês Guerra Vargas** -----



----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para deixar um breve balanço desta edição da feira das Tasquinhas que sofreu algumas alterações a nível da organização. Continuou dizendo que contou com a participação de vinte e quatro associações culturais e recreativas do concelho de Rio Maior, com cerca de cento e sessenta expositores institucionais, empresariais, de artesanato e doçaria e destacou a parceria que existiu pela primeira vez entre a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Rio Maior e a Cruz Vermelha Portuguesa bem como a Guarda Nacional Republicana que trabalharam com vista à segurança de pessoas e bens e através de algumas sensibilizações feitas ao público. Considerou que o saldo, mais uma vez, foi positivo tendo sido feita uma venda de mais de dezoito mil e seiscentos bilhetes que, apesar da redução do preço unitário e vendidos apenas ao fim de semana, conseguiu-se um aumento superior a três mil euros no lucro final da venda em relação ao ano anterior. Terminou dizendo que após contas feitas o custo total do evento para o município ficou em cerca de cinco mil e quatrocentos euros o que demonstra o sucesso deste evento que promove o concelho e que se mostra bastante sustentável. Deixou ainda uma nota, e os parabéns ao Vereador Miguel Santos, pela iniciativa realizada no âmbito do projeto “Rio Maior consciente cuida do ambiente” em parceria com a Valorsul para tornar as Tasquinhas um eco evento e, em seu entender, esse objetivo foi concretizado com todas as associações e participantes a assumirem o compromisso na gestão adequada dos resíduos. Disse ainda que este projeto é um projeto piloto cujo principal parceiro é a Quercus e teve nas Tasquinhas a sua primeira iniciativa com um stand que promoveu este projeto de educação ambiental que visa interligar a responsabilidade ambiental e a juventude riomaiorense e que tem como objetivo principal a reflorestação do pinhal de Leiria. Informou que participaram neste projeto, durante as tasquinhas, cerca de setenta jovens portugueses e estrangeiros e que conseguiram um total de mil e sessenta e cinco euros que se traduz em trezentas e cinquenta e cinco árvores. Referiu que este projeto irá agora ter uma nova fase de interação e colaboração com as escolas do concelho o que, a seu ver, é de grande importância a mostra a aposta nas novas gerações para a sensibilização e educação ambiental e que os jovens do concelho estão disponíveis para fazer mais e melhor pelo ambiente. -----



----- Deixou ainda uma nota final acerca da semana da juventude que se realizará entre os dias 2 e 5 de maio com um cartaz muito dinâmico e um programa intergeracional e apelativo. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra à Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos das questões colocadas. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por se desculpar com o Presidente da Assembleia Municipal por ter tido a ideia de informar os membros da Assembleia Municipal de que haveria um momento de apresentação do ponto de situação do processo de revisão do PDM e que tudo foi feito para minimizar quaisquer constrangimentos que esta situação pudesse trazer para as agendas de todos. -----

----- Acerca dos esclarecimentos solicitados disse que aqueles que foram solicitados por escrito serão oportunamente remetidos e que relativamente ao SIADAP não conseguiu entender o alcance da intervenção dizendo, desde logo, que é evidente que os trabalhadores da autarquia é que implementam todos os dias as estratégias e as políticas de quem está no executivo e disse ainda que os colaboradores têm todo o apoio que solicitarem neste processo, que as reclamações apresentadas são tratadas nos termos legais e que os objetivos são definidos pelos avaliadores em colaboração com os avaliados e em tempo útil. No que se refere à cultura disse que não lhe parece que seja um ato de má gestão que a aquisição dos livros da biblioteca seja feita em função dos interesses dos utilizadores. -----

----- Acerca da informação solicitada sobre projetos futuros a candidatar a fundos comunitários informou que falou com os serviços competentes e essa indicação seguirá logo que seja possível. -----

----- Sobre o índice de transparência e o estudo publicado iniciou por dizer que não lhe parece muito sério que estudos não oficiais possam servir de base a juízos de valor sobre uma gestão e que, não obstante o dito anteriormente, não desvaloriza os dados publicados e que não entende como num ano em que se disponibiliza mais informação a classificação piora. Acrescentou ainda que se há coisa que valoriza no poder local é a proximidade às forças vivas do concelho e aos munícipes e ainda mais quando os resultados apresentados são favoráveis, como as taxas de execução e a diminuição do prazo médio de pagamento a fornecedores. Concluiu dizendo que não desvaloriza os



dados publicados, que fica preocupada, e que tudo fará para procurar disponibilizar o maior número de informação e contrariar esta tendência de classificação. -----

----- Acerca do Prémio Nacional Poeta Ruy Belo disse ser verdade que foi no mandato 2009/2013 que ficou suspenso mas por existirem outras necessidades mais prementes, como foi exemplo a criação do Fundo Municipal de Emergência Social (FMES). -----

----- Solicitou que pudesse ser dada a palavra aos Vereadores da Câmara Municipal com as áreas para os restantes esclarecimentos. -----

----- **Vereadora Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que a aquisição e renovação do acervo bibliográfico da biblioteca municipal são feitas duas a três vezes por ano, por indicação do técnico responsável pelo serviço competente, feita de acordo com as necessidades demonstradas pelos utentes e de acordo com as publicações feitas no periódico da especialidade. Relativamente ao Plano Nacional de Leitura disse que é uma indicação da Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) e do Ministério da Educação e as bibliotecas escolares estão munidas das diferentes obras indicadas no plano e publicadas na plataforma que reúne os acervos das bibliotecas escolares e municipais.

----- Relativamente ao teatro amador disse que a câmara municipal tem celebrado contratos-programa com as diferentes associações candidatas e tem posto ao dispor das mesmas as instalações, equipamentos e os técnicos do município mediante a celebração de um protocolo entre as partes. -----

----- No que se refere a Ruy Belo e toda a situação descrita começou por se dirigir ao Presidente da Junta da União de Freguesias de São João da Ribeira e Ribeira de São João dizendo, desde logo, que entende os receios e o sentimento de perda mas efetivamente já era conhecedor da situação que lhe foi transmitida pela própria. Deu conta que se deslocaram já os técnicos competentes à casa de Ruy Belo para verificar as necessidades e aguarda-se orçamento. Sobre este tema lembrou que o Vereador eleito pelo PS, Daniel Pinto, tem vindo a manifestar e a partilhar as suas preocupações mostrando-se sempre colaborante como pessoa que se interessa e gosta da terra e que de facto apresentou essa proposta de se fazer a junção do prémio Ruy Belo com Sintra, acompanhando a comitiva da Câmara Municipal de Rio Maior a reunião com o Presidente da Câmara de Sintra. Informou que esse protocolo está a ser elaborado e que estão a ser aferidos os critérios para fundir os dois prémios. Também deu



conhecimento que a Câmara Municipal já realizou uma reunião com a Secretaria de Estado do Turismo para que se pudesse candidatar e submeter um projeto para requalificação da casa Ruy Belo e também que está em fase de elaboração um consórcio dos países do arco atlântico INTERREG para submeter uma candidatura imaterial onde se constará também Ruy Belo. Relativamente à saída do espólio de Rio Maior considerou que este não poderá sair já que nunca foi entregue ao município e que o desenvolvimento deste processo foi atrasado e condicionado pelos últimos anos em que o reequilíbrio financeiro foi a primeira necessidade conjuntamente com a disponibilização daqueles que são os serviços básicos à comunidade. -----

----- Realçou ainda o investimento que estes executivos têm vindo a fazer na educação porque considera que é nas camadas jovens que se cria o espírito crítico e de vontade, a sede de conhecimento e intervenção numa sociedade. -----

----- Concluiu informando que a data prevista para a inauguração do centro escolar de Asseiceira é dia 16 de maio e que o teto do centro de dia da Asseiceira não caiu, o que se passou é que existe um problema de construção, de infiltrações e com a chuva intensa que se acumulou no gesso cartonado fê-lo cair. -----

----- **Vereador João António Lopes Candoso** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Esclareceu, acerca do processo de revisão do PDM, que esta apresentação a seguir à sessão da Assembleia Municipal materializa o compromisso que assumiu anteriormente em trazer o ponto de situação e uma apresentação do desenvolvimento do mesmo e, não sendo um assunto que pudesse constar da ordem de trabalhos, optou-se por este formato não implicando assim com os normais trabalhos da Assembleia Municipal. -----

----- No que se refere ao plano de pormenor das Marinhas do Sal reiterou o que anteriormente tinha dado como indicativo para o desenvolvimento dos trabalhos, ou seja, que em abril/maio haveria uma proposta interna que permitiria a realização de uma nova reunião com o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros e que a partir daí começar o processo de discussão com as entidades para se chegar a uma proposta final para o plano. -----

----- **Vereador Luis Filipe Santana Dias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----



----- Começou por saudar a intenção das juntas de freguesia em criar uma associação e afirmou que a câmara municipal estará sempre ao lado das freguesias no sentido de procurar as melhores soluções para as mesmas e que se esta associação permitir ganhar escala e ter acessos que de outra forma estão vedados, a câmara municipal estará sempre ao seu lado para participar nas soluções. -----

----- De seguida deu conhecimento que fará chegar os esclarecimentos e as informações solicitadas por escrito relativamente às áreas que é responsável. -----

----- Acerca do projeto das RM Bikes informou que foi aberta uma pré inscrição para os pioneiros na utilização deste sistema e que ao fim de quatro dias havia já cerca de oitenta inscrições e que neste momento já devem ultrapassar a centena. Disse ainda que se prevê que sejam atribuídos os respetivos cartões em breve prazo para as inscrições iniciais permitindo assim que o sistema entre em funcionamento. -----

----- Relativamente às luminárias colocadas disse que este a renovação representa uma mudança de paradigma, uma mudança de critério na análise para colocação de novas luminárias e que após uns tempos em que o município se defendeu com a colocação apenas em zonas dentro do perímetro urbano, agora existem condições para ser de outra forma e existe um compromisso do próprio com os técnicos de avaliar caso a caso cada pedido feito, com deslocação ao local, por forma a garantir que esteja salvaguardada a segurança das habitações. Disse ainda que está a ser feito um levantamento das luminárias existentes de forma a retirar-se aquelas que não têm utilidade e a colocar onde realmente fazem falta, prevenindo assim os gastos desnecessários. -----

----- No que se refere ao SIADAP afirmou que a câmara municipal cumpre todos os procedimentos legais e auxilia todos os colaboradores, que considera como o factor de produção mais precioso em qualquer organização, embora reconheça a dificuldade que é a percentagem de quotas e solicitou que o Partido Socialista pudesse interceder junto do Governo para modificar esta situação. -----

----- Acerca da pressão de água na Vila da Marmeleira esclareceu que não tem ainda dados do procedimento para poder informar os membros da Assembleia Municipal, mas fará chegar os dados solicitados assim que for possível. Explicou ainda que o sistema tem dois depósitos de água, um elevado outro apoiado, sendo que este último está já equipado com um sistema pressurizador de água e o que vai acontecer é que vai ser feita uma rede separadora, o depósito elevado irá abastecer as partes mais baixas, com



cotas menores, da Vila da Marmeleira e o depósito apoiado irá abastecer as partes mais altas e todo o caminho até Assentiz. -----

----- Relativamente às Tasquinhas agradeceu a intervenção e disse que efetivamente foram feitas algumas alterações e ainda que o evento correu muito bem assim como o projeto do eco evento promovido pelo Vereador Miguel Santos. -----

----- Acerca do índice de transparência disse que o valoriza ou desvaloriza quem quer salientando que felizmente este não existia antes de 2010 porque poderia ser uma complicação, acrescentando ainda que os autarcas do PS, nos municípios que dirigem, também o desvalorizam. -----

----- **Deputado João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira** -----

----- Interveio para dizer que relativamente ao PDM considera a apresentação que se seguirá importante mas que isso não inibe que os deputados municipais possam fazer as perguntas que têm que fazer ao executivo camarário. -----

----- Quanto ao índice da transparência e integridade disse que não fez qualquer juízo de valor, apenas constatou factos e que a sua intervenção foi feita nesse âmbito e em nenhum outro. -----

----- **Deputado Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro** -----

----- Interveio para lembrar que não foi respondida a questão que fez sobre o saneamento em Asseiceira. -----

----- **Vereador Luis Filipe Santana Dias** -----

----- Disse que efetivamente a Asseiceira, como outras localidades do concelho, não está completamente servida por saneamento básico e informou que a câmara está a fazer, em conjunto com os presidentes de junta, um levantamento de todas as necessidades para poder ajuizar onde serão feitas as intervenções e quais são prioritárias. Acrescentou ainda que os fundos comunitários que hoje existem e que promovem muito mais o imaterial do que o material, existiram precisamente de forma contrária nas décadas em que este trabalho devia ter sido feito. Disse que existem quilómetros de saneamento básico por construir que poderiam ter sido concretizados quando o Partido Socialista foi poder na câmara municipal porque existiam candidaturas para tal, permitindo que um investimento que hoje terá que ser feito com um financiamento do município bastante alto tivesse sido muito mais baixo. Afirmou que no entanto não irá fugir às suas responsabilidades e que neste momento foram já feitas pequenas extensões na Freguesia de Arroquelas e que irá haver uma continuação no investimento na rede de saneamento, lamentando que não existam condições para



garantir que no fim deste mandato ou do fim do próximo toda a área do concelho esteja coberta por saneamento básico. -----

----- **Vereadora Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Interveio para dizer que o espólio de Ruy Belo nunca esteve em Rio Maior, embora tinham havido conversas com a viúva no sentido que após a recuperação da casa algumas peças de mobiliário e livros do escritor pudessem vir para Rio Maior. Informou ainda que brevemente serão retomados os contactos com os herdeiros acerca do assunto. Sobre Óbidos disse que da entrevista da Diretora do projeto “Óbidos, Cidade Criativa da Literatura” sabe-se que foi inaugurado um espaço informativo, dedicado às cidades criativas da UNESCO e às casas museu do país e que o objetivo é que a partir de Óbidos se possa encontrar informação sobre todas as outras casas museu e fundações e criar novas dinâmicas e projetos comuns. Disse ainda que também foi inaugurada em Óbidos a casa José Saramago e que não lhe parece que o seu espólio tinha sido doado para ir para lá. -----

----- **PERIODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **Relatório anual de atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens – 2017** -----

----- **Documentos de prestação de contas da Escola Profissional de Rio Maior – 2017** -----

----- **Documentos da prestação de contas da Desmor, EM SA – 2017** -----

----- **Atividade Municipal (anexo 3)** -----

----- **Atas aprovadas das reuniões da Câmara Municipal** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os pontos para conhecimento à Assembleia Municipal de acordo com a documentação disponibilizada. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Iniciou por dizer que as respostas relativamente ao espólio de Ruy Belo não foram dadas e que espera que aquele não venha a sair de Rio Maior e considerou lamentável que não tenha sido respondido ao Presidente de Junta da União de Freguesias de São João da Ribeira e Ribeira de São João. -----

----- Quanto aos documentos para conhecimento referiu-se unicamente à prestação de contas da Desmor enquanto empresa 100% municipal e que considera que tem vindo a cumprir com os objetivos de alavancar o desenvolvimento desportivo no concelho e a



garantir uma prestação de serviço de qualidade para o país e para o mundo. Afirmou que a CDU aproveita esta oportunidade para valorizar todos os trabalhadores que têm contribuído para esse funcionamento e sem os quais a Desmor não teria a qualidade que tem. Contudo, entende a CDU que falta ainda cumprir com a autonomia financeira que se impõe relativamente ao município e, por isso, questiona quem e porquê é responsável por tal facto dentro da Câmara. Considera também que o futuro exige que Desmor diversifique o mercado e reorganize a sua própria ação, nomeadamente na contabilização dos custos de água e de eletricidade e também que possa deixar a sua zona de conforto passando a agir nas freguesias em parceria com as coletividades e não se cingir à cidade passando a intervir diretamente na freguesias e nos meios rurais. Relativamente ao documento apresentado realçou, apesar de tudo, o bom trabalho que está a ser feito com esta empresa, que é do município, e chamou à atenção para as questões elencadas, nomeadamente da eletricidade e da água, para que possa, no futuro, vir a diminuir a dependência da Desmor em relação à câmara, pese embora já ter diminuído bastante no decorrer dos últimos anos, fazendo justiça a quem contribuiu para que assim fosse. -----

----- **ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO** -----

----- **Ponto I – Documentos de Prestação de Contas do ano 2017**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, acrescentando que a proposta de deliberação é no sentido de aprovar os documentos de Prestação de Contas referentes ao ano de 2017, que se encontram elencados no Anexo I da Resolução nº. 4/2001 – 2ª. Secção do Tribunal de Contas e que foram integralmente elaborados nos termos da alínea i) do nº 1 do art.º 33 da Lei 75/2013 de 12 de setembro e do n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro e, nos termos do ponto 2.7.3.1 do POCAL, também aprovar a proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2017 constante do documento em apreço. -----

----- Deixou um agradecimento a todos aqueles que contribuíram para o exercício de 2017 referindo-se aos vereadores do anterior executivo e do atual executivo e a todos os trabalhadores pelo contributo que deram para a boa taxa de execução do orçamento que anteriormente tinha sido aprovado para o mesmo ano. Deu ainda conhecimento que as taxas de execução da despesa é de 82,59% e da receita 89,62% e que tem sido um objetivo dos executivos que tem vindo a liderar que o prazo médio de pagamento a fornecedores seja reduzida, sendo que no final do ano de 2017 é de 25 dias. -----



----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- Deputada Antônia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa -----

----- Iniciou por dizer que se trata um documento oficial que cumpre com as regras legais e que as questões que que levanta não se prendem com o documento em si mas com o facto de ser a demonstração de resultados de um orçamento no qual a CDU se absteve. Nesse sentido questionou para quando a resolução do problema do inventário do município, nomeadamente quanto ao imobilizado bem como aos bens do domínio público como estradas, arruamentos, bens móveis, imóveis, e também edifícios escolares e terrenos próprios. Disse que, no entender da CDU, enquanto esta situação não estiver resolvida este relatório está incompleto. Afirmou, também no entender da CDU, que este documento evidencia uma governação “à vista” como se pode retirar da conclusão presente a páginas duzentos e trinta. Perguntou ainda porque é que o plano plurianual de investimentos 2017 só atingiu pouco mais de metade. Relativamente à estratégia de desenvolvimento no que concerne à formação dos trabalhadores como é que se justifica que não tenham sido cumpridas as determinações legais sobre esta matéria porque dos dados que constam do relatório verifica-se que apenas cinquenta trabalhadores dos duzentos e cinquenta participaram em ações de formação correspondendo isto a menos de 10% das obrigações legais de formação. -----

----- Deputado Mário João das Neves Flores -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que a sua intervenção vai inevitavelmente buscar o resultado do índice de transparência em que o município ficou muito mal colocado, lembrando que este estudo é acima de tudo sobre a quantidade de informação disponibilizada. Considerou que, neste âmbito, e sendo apenas referente à quantidade de informação disponibilizada medida por variáveis absolutamente transparentes é estranho que o município não tenha conseguido uma posição no topo da tabela e esteja entre os maus, com apenas 24% na quantidade de informação disponibilizada. Relativamente ao relatório e contas afirmou que começam é a ter alguns problemas com a qualidade da informação, em especial a contabilística e regras de contabilidade. Afirmou que em contabilidade há coisas que não se fazem e uma delas é a agregação de informação porque leva, invariavelmente, à suspeição, ao contrário da desagregação que leva à transparência. Considerou que existe desagregação em situações que não há qualquer necessidade, como por exemplo cliques e lápis, que podem ser agregados em despesas



material de escritório, mas que no que se refere à eletricidade isso não é admissível e, neste documento, não é visível e nem se consegue saber qual é a conta em que está, quando se está a falar de centenas de milhares de euros. Continuou dizendo que fez uma análise ao POCAL e que este diz que “agregam-se contas quando são faturados conjuntamente” e que esta é a justificação geral. Considera isto de extrema importância porque mostra um conjunto de informação mais transparente da gestão pública, mas também mostra o interesse que as pessoas têm sobre o futuro, a estratégia futura o que é realmente relevante porque impossibilita qualquer pessoa de fazer projeções de futuro. Deixou o exemplo do roteiro para a neutralidade carbónica que nestas contas nem se consegue apurar e que num futuro próximo será muito importante para o desenvolvimento de projetos e candidaturas a fundos comunitários. Realçou que isto é um problema porque a informação é tão agregada que não permite trabalhar sobre ela. Mais uma vez referiu também o facto dos documentos disponibilizados a esta Assembleia Municipal serem extraordinariamente pesados, entregues com muito pouca antecedência, o que não permite um trabalho minimamente responsável, e que agora esta opção política de agregar informação, e considerou política porque vai projetar na decisão e na capacidade de projeção para o futuro deste município, que vem esconder as partes que até pela natureza contabilística e pelas regras da contabilidade deviam estar expostas. Solicitou, por escrito, uma justificação técnica da parte da câmara para a não desagregação dos valores de eletricidade e chegando mais longe, a desagregação dos valores da eletricidade e da eletricidade para iluminação pública e que lhe fosse também dito o que é que a câmara preparou para fazer cumprir o que está previsto na Diretiva 31/2010 e também qual é a densidade carbónica da câmara e das empresas municipais por milhão de euros de atividade económica. -----

----- **Deputado Filipe Montez Coelho Madeira** -----

----- Acerca da prestação de contas salientou que Rio Maior, tal como a maioria dos municípios do país, reduziu a dívida total no ano de 2017 e essa situação é referida na página 229 do relatório e baseada em fontes externas, credíveis, combatendo assim a ideia avançada por alguma oposição e comunicação social, de que existe uma obsessão pela redução da dívida no Município de Rio Maior. Continuou dizendo que a maioria das câmaras acompanharam essa redução, não só pela imposição central do limite legal mas essencialmente porque já perceberam que essa é uma condição essencial para poder investir e implementar o plano de desenvolvimento que cada município, tal como a tendência de redução do prazo médio de pagamento que no município de Rio Maior



é atualmente de vinte e cinco dias. Salientou que na realidade, o Município de Rio Maior é diferente é na capacidade de ir mais longe, para melhor. Acerca do plano plurianual de investimentos, com um grau de execução de 58,42% no valor de três milhões setecentos e sessenta mil euros, disse que mesmo estando esse aquém do pretendido interessa referir que foi quase o triplo do valor de 2016 e na sua maior parte financiado por receitas próprias e que só ao nível das grandes opções do plano, incluindo as atividades mais relevantes, o valor global executado foi próximo dos dez milhões, quando em 2016 tinha sido de seis milhões e oitocentos e setenta mil euros. Considerou que só uma excelente execução orçamental permitiu que do saldo de 2017 transitasse um milhão setecentos setenta mil euros diretamente para o reforço do plano plurianual de investimentos de 2018/2019. Referiu ainda que o grau de execução do plano de Investimentos de 2017 só não foi maior devido a razões que não dependem do Município de Rio Maior e da sua vontade de os fazer, já que na sua maioria foram transferidos para 2018. Como nota final disse que era de estranhar os votos contra dos vereadores do PS neste ponto demonstrando uma alteração no posicionamento político dos seus representantes que, assim, parecem não concordar com uma estrutura financeira equilibrada para o Município de Rio Maior, questionando mesmo se pretendiam voltar ao passado. -----

----- **Deputado Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro** -----

----- Interveio para questionar o executivo municipal de qual é que era o valor que a Câmara municipal de Rio Maior paga de iluminação pública por ano e qual o valor total da eletricidade, porque não conseguiu essa informação no documento disponibilizado.

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que no que se refere a este ponto a bancada da Coligação Juntos pelo Futuro (CJF) congratula-se por mais um ano com elevadas taxas de execução que na parte da despesa que na parte da receita, à semelhança do que já tinha acontecido com o orçamento de 2016, e salientou que mesmo em ano de eleições, em que poderia ter havido uma estratégia diferente, esta prestação de contas vem na senda das contas apresentadas pelos executivos anteriores. Realçou que o saldo de gerência de cerca de um milhão e oitocentos mil euros só se deve à boa gestão do executivo camarário, valor este que será para investimento como se verá no ponto seguinte da ordem de trabalhos. Salientou também a redução no prazo de pagamento aos fornecedores que atualmente se cifra nos vinte e cinco dias mostrando, em seu entender, que este executivo, mais



uma vez, tem a capacidade de gerar fundos próprios para o investimento. Afirmou que se encontra assim cumprido o orçamento aprovado em sede de Assembleia Municipal com elevadas taxas de execução, muito longe das taxas de execução de executivos PS que anteriormente geriram o concelho em tempos muito diferentes e com maior apoio financeiro. Reforçou que se continua a reduzir a dívida, não por obsessão mas porque permite um aumento da capacidade de endividamento e simultaneamente uma redução dos encargos da câmara, permitindo não só um maior investimento mas também que a câmara tenha a possibilidade de se candidatar a fundos comunitários na medida em que lhe permite ter a capacidade de assegurar os 15% da componente nacional que aos fundos comunitários é exigível. Fez ainda referência ao facto de estes serem tempos bem diferentes no que refere a acesso a fundos comunitários e também à opção de gestão de não se recorrer a empréstimos, por forma a evitar o aumento da dívida futura limitando a ação dos executivos seguintes, como em outros tempos se fez e que chegou ao montante de vinte e seis milhões quando o primeiro executivo da CJF chegou à câmara municipal. Salientou, por isso, a capacidade desta Câmara ter conseguido fazer investimento e reduzir a dívida sem nunca ter contraído qualquer empréstimo, o que permite ter hoje o reconhecimento das entidades competentes.-----

----- Quanto à intervenção que a antecedeu que, em seu entender, coloca em causa o trabalho técnico na elaboração do documento do relatório de contas disse que os técnicos e os funcionários do município merecem a maior confiança, a quem se deve agradecer o trabalho desenvolvido, trabalho esse que teve a aprovação do Revisor de Contas Oficial do município que, havendo dúvidas ou falta de transparência, com toda a certeza as teria apontado. -----

----- Finalizou agradecendo ao executivo municipal o investimento feito na requalificação do centro escolar da escola básica e jardim-de-infância de Asseiceira, reconhecendo o bom trabalho na execução de uma obra tão desejada e que após os atrasos iniciais tem finalmente a inauguração prevista para 16 de maio. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- No que se refere ao inventário do município disse que iria ver o que se passa mas que lhe parece que se está a falar de coisas de pormenor como por exemplo fontes, fontanários, lavadouros, aquedutos, que é o que poderá faltar registar no dito inventário patrimonial. Sobre a formação explicou que as entidades que dão formação aos funcionários públicos do poder local normalmente são a CIMLT, o CEFA, a CIM Oeste e o STAL que, devido às reprogramações dos fundos comunitários, não têm tido grande



oferta. Acrescentou, no entanto, que os colaboradores têm feito formação nas áreas que os habilitam a novas competências em função de legislação alterada. -----

----- Acerca da qualidade da informação constante nos documentos afirmou que estes são elaborados nos termos legais para as autarquias locais e que os mesmos são entregues dentro do prazo legal que é estipulado. Reforçou também a confiança que deposita nos colaboradores da câmara municipal, dizendo que confia e sempre confiou neles e quanto mais os conhece mais confia. -----

----- Relativamente ao facto de se considerarem os documentos densos disse estranhar essa observação porque considera que quem vive em Rio Maior, quem acompanha a vida da autarquia e as intervenções que a autarquia faz no concelho tem obrigação de ter mais informação do que aquela que vem única e exclusivamente espelhada neste documento e referiu a incapacidade do PS em contrariar a qualidade do trabalho deste e do anterior executivo colocando única e exclusivamente as questões que coloca, nomeadamente as faturas da EDP. Reconheceu que não tem presente o valor de gastos em eletricidade mas que fará a informação chegar por escrito. Também sobre o pedido feito sobre a densidade carbónica disse que irá providenciar a informação solicitada e a mesma será remetida por escrito. -----

----- Finalizou lembrando que exercício de 2017 vai de janeiro a dezembro sendo que foi um exercício excecional, em ano de eleições autárquicas, e que o mesmo, no dia 1 de outubro foi novamente validado pelos riomaiorenses na sua maioria. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 22 votos a favor, 7 votos contra dos Deputados Municipais Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro, João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira, Anabela da Costa Azenha, Filipe Vicente Martins, Susana Carla Alves Franco, Mário João das Neves Flores, Celso Cláudio Ferreira Martins e 2 abstenções das Deputadas Municipais Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa e Liliana Marques Alonso (31 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Filipe Vicente Martins** que se transcreve na íntegra: -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- “Constituindo a conta, o documento técnico que espelha um resultado de um documento político que foi o orçamento, ela é isso mesmo, o resultado daquilo que foi o vosso orçamento, daquilo que foram as vossas opções na gestão do dinheiro público. Verifica-se neste documento, que é a conta, que é o resultado da execução orçamental



de 2017 e não do ano que está em curso, obviamente, verifica-se neste documento que tal como no anterior orçamento, e nós na altura até fizemos aqui referência disso, uma intenção ou uma opção cega de redução ou até diminuição da dívida em prejuízo das reais e imperiosas necessidades de investimento em infraestruturas e serviços que o concelho tanto precisa. Poupar pode ser bom ou pagar mais rápido também pode ser bom, não dar atenção às prioridades é mau, o concelho fica penalizado com esta opção. É esta a razão da nossa opção, da nossa votação.” -----

----- **Ponto II – 2ª Revisão ao Orçamento da Receita, da Despesa e Grandes Opções do Plano 2018** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que esta revisão decorre da lei em função do saldo de execução orçamental que transita do ano anterior para incluir no orçamento de 2018 e o consequente reforço das rubricas constantes dos documentos, propondo-se assim a aprovação da Modificação Orçamental – 2ª Revisão ao Orçamento da Receita, Despesa e Grandes Opções do Plano 2018, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro** -----

----- Solicitou esclarecimentos acerca de algumas das alterações propostas, nomeadamente: na rubrica de execução de obras de reabilitação, ampliação e construção de depósitos e estações elevatórias no sistema de distribuição da água no concelho, no valor de duzentos quarenta mil euros, quais são os locais, qual a calendarização das obras e quais os depósitos que vão ser intervencionados; sobre a verba de dez mil euros a realizar na Casa Senhorial, que tipo de intervenção se prevê e a sua calendarização, uma vez que o edifício foi sujeito a uma intervenção recentemente; sobre a verba de sessenta e cinco mil a realizar na Casa Poeta Ruy Belo, que tipo de intervenção vai ser efetuada e a calendarização da mesma; sobre a verba de duzentos e cinquenta mil euros, onde é que se preveem as obras de requalificação e construção de muros de suporte de terras, qual é o planeamento, calendarização destas obras e quando vão ser feitas as respetivas intervenções. -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio dizendo, desde logo, que se trata de afetar como é de lei os resultados decorrentes das contas do ano transacto que importam em um milhão e setecentos mil



euros. Continuou dizendo que face a este documento se verifica que este montante positivo será afetado a diversas rubricas. Referiu que tem havido uma preocupação com o PDM, trazido por diversas vezes pelo próprio, e também em diversas áreas e considerou que muito trabalho tem sido feito e muito há a fazer, quer seja na cultura, nos equipamentos culturais, eventos culturais e recreativos para uma maior vivência e participação de todos, quer seja ao nível da requalificação atempada e faseada, por onerosa que é, da rede de saneamento e da rede águas do concelho e lembrou que o problema da Vila da Marmeleira está em curso de resolução e que decorre da valorização das obras que estão à vista em detrimento daquelas que não se vêm, como é o caso das águas e do saneamento, tendo sido, no entanto, uma das primeiras vilas a ter rede de águas completa. -----

----- Finalizou dizendo que esta questão do milhão e setecentos mil euros a serem reprogramados e colocados nesta revisão, bem explanados neste ponto, carecem agora de uma análise mais fina e exortou o PS a parar com as cativações para que os fundos comunitários possam aplicados, porque considera que parte deles resultam das cativações que têm sido feitas durante este governo, para assim o município poder proceder aos projetos que estão previstos. Disse ainda que com a revisão do PDM e a constituição e reunião da comissão parlamentar do PDM é a altura e é a hora de serem discutidos os projetos e as alocações financeiras, quer ao longo deste ano, quer ao longo dos próximos, para as diferentes áreas de crescimento do concelho. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu quanto às questões coladas que na Casa Senhorial que o que há para fazer é a requalificação dos tetos e a eletrificação das vitrinas, na Casa Poeta Ruy Belo é a execução do projeto e a necessária maturidade para a candidatura, nos depósitos a intervenção será efetuada naqueles que forem identificados pelos serviços com necessidade de intervenção, os muros de suporte e efetuar são em Azambujeira, Malaqueijo e nas Salinas. Acerca dos prazos para execução disse que será durante o ano de 2018 mas que uma vez que grande parte das intervenções é por concurso público não estão ainda definidos, sendo as intervenções priorizadas pelo executivo municipal. -----

----- Explicou que as taxas de execução do plano plurianual tinham sido reduzidas porque estão dependentes dos fundos comunitários, como é exemplo as obras requalificação das praças no centro da cidade que já deveriam estar em curso. -----



----- Terminou dizendo que votaram contra as contas os deputados do PS porque não havia investimento e que espera que na modificação orçamental e na 2ª revisão ao orçamento que prevê principalmente investimento, possam votar favoravelmente. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 22 votos a favor e 9 abstenções dos Deputados Municipais Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro, João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira, Anabela da Costa Azenha, Filipe Vicente Martins, Susana Carla Alves Franco, Mário João das Neves Flores, Celso Cláudio Ferreira Martins, Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa e Liliana Marques Alonso (31 presenças). -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Infelizmente o documento não tem, para nós, todos os dados que uma alteração de um milhão e setecentos mil euros seriam necessários. No entender da CDU, primeiro, parte substancial deste valor, um milhão e setecentos mil euros, deveria ser transferido para as freguesias mas, a propor-se uma alteração destas, que representa 10% do orçamento, não seria transparente no que se propõe e damos um exemplo concreto: onde preveem ser feita a reabilitação aos muros de suporte de terras previstos em duzentos e cinquenta mil euros, quais os parques e estacionamento no valor previsto de trezentos mil euros? Portanto esta a razão da nossa abstenção que efetivamente entendemos que o documento é pouco explícito e pormenorizado relativamente ao valor que se propõe. ” -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro** que se transcreve na íntegra: -----

----- “O Partido Socialista absteve-se neste ponto uma vez que não é apresentada nenhuma calendarização para os investimentos ou mesmo a descrição mais clara e esclarecedora das intervenções a realizar, o que dificulta a decisão e demonstra a falta de uma visão clara numa ótica global de investimento. A falta de planeamento e de calendarização pode motivar a existência de futuras alterações orçamentais.” -----

----- **Ponto III – Reconhecimento de Interesse Público Municipal em nome de Luis António Moura Rodrigues – Processo n.º 154/2017** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que se trata mais um pedido, como tantos anteriormente, ao abrigo da legislação excecional aplicável e foram submetidos a esta Assembleia Municipal para que aprove este de documento que será um dos passos



para a Reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização e ampliação de instalação de exploração pecuária em nome de Luís António Moura Rodrigues sita em Ribeira das Neves, Freguesia de Alcobertas. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 23 votos a favor e 5 abstenções dos Deputados Municipais António Carlos e Silva Antunes Figueiredo, Inês Guerra Vargas, José Casimiro Fróis Ferreira e os Presidentes da Junta de Freguesia de Fráguas e da Junta de Freguesia de Arrouquelas (28 presenças). -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Nos termos do n.º 7 do artigo 68º do atual Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente sessão.-

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (29 presenças). -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- De seguida deu a palavra ao público presente para as intervenções e explicou a condições em que seriam feitas de acordo com o regimento da Assembleia Municipal, de forma a ser do conhecimento de todos os presentes. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram dezasseis horas e quarenta e cinco minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente sessão da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos, sendo que a ata será apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela mesa. -----

----- **O PRESIDENTE DA MESA:** _____

----- **O PRIMEIRO SECRETÁRIO:** _____

----- **A SEGUNDA SECRETÁRIA:** _____